
“Guerreiros da Caneta”: o Programa de Inclusão Indígena (PROIND) como oportunidade para pensar Comunicação e políticas de Ação Afirmativa na universidade¹

Nathali Luize Malaco²
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar um breve relato do Programa de Inclusão Indígena (PROIND) “Guerreiros da Caneta”, implementado na Universidade Federal de Mato Grosso como Política de Ação Afirmativa a partir de 2008 com o plano de oferecer 100 vagas nos cursos de graduação para discentes indígenas. Essa iniciativa serve como referencial empírico para suscitar discussões teóricas sobre o saber comunicacional, com contribuições de Yamamoto (2024), Sodré (2012) e Braga (2024). A pesquisa bibliográfica viabilizou a realização do trabalho (Cechinel et al., 2016). Observou-se que existem aproximações entre o PROIND e a Comunicação, sob a perspectiva do potencial de mobilizar espaços sociais em que a diversidade étnica e epistemológica são vivenciadas.

Palavras-chave: povos indígenas; políticas de ação afirmativa; comunicação; ensino superior; Mato Grosso.

Introdução

O Programa de Inclusão Indígena - PROIND, intitulado “Guerreiros da Caneta”, na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), é uma iniciativa implementada a partir da Resolução nº 82/2007 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, em parceria com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), como política de Ação Afirmativa inicialmente projetada para cinco anos, entre 2008 e 2012. Entre os objetivos, destacaram-se a reserva de 100 vagas ofertadas gradativamente, processo seletivo específico e diferenciado, oportunidade da participação acadêmica de estudantes indígenas em projetos de pesquisa relacionados com as questões vividas em/por suas comunidades. Neste sentido, o PROIND surge como um espaço interseccional e, portanto, de articulação entre a universidade e uma vasta diversidade étnica, representada pelos discentes e suas vivências próprias.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Alteridade e Diversidade, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Comunicação e Poder na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. E-mail: nathali.malaco@sou.ufmt.br.

Vale destacar que a UFMT foi criada em 1970 sob o lema de ser a “universidade da selva”, o que evidencia o estigma para além do *campus*, uma ideia que circundava o imaginário social acerca de Mato Grosso, uma vez que o estado ainda era reconhecido como “selva”. Em uma mesa-redonda que discutiu a presença indígena na universidade, Ailton Krenak (2018), proeminente filósofo indígena, salientou que a floresta é representada pela cultura ocidental europeia, desde as histórias infantis, como um lugar de mistério e perigo, cheio de animais e, por isso, a ser dominada. Ao contrário de como é vivenciada na cosmogonia originária, que a reconhece como parte intrínseca e constitutiva a todos os seres, humanos ou não, que compartilham este mesmo ecossistema. “Se a floresta é um lugar tão apavorante, vamos deitar o machado nela, meter a motosserra, sentar fogo nela e transformá-la em qualquer outra coisa, por exemplo, em papel, celulose” (Krenak, 2019, p.12).

Tal noção colonialista pode ser observada na história de Mato Grosso e suas características de formação ao longo dos anos, o que invariavelmente transformou a relação social com a natureza, os conhecimentos dos povos da floresta, além de impulsionar a grande concentração de terras, os conflitos entre indígenas e ruralistas e todos os aspectos complexos da vida em comum. O estado, durante o processo de colonização, virou “produtor de riquezas energéticas e minerais. Esse modelo de ocupação pautou-se pela exploração desordenada e, conseqüentemente, pela devastação do capital natural (considerado ilimitado) e pelo desrespeito às minorias étnicas” (Secchi, 2002).

Atualmente, Mato Grosso é o estado brasileiro com o maior percentual de indígenas vivendo em seus territórios originários (77%)³, fato que impacta diretamente nas demandas sociais, como políticas que respeitem as diversidades regionais dos povos, mas também em todos os âmbitos da vida. Um exemplo urgente é a notícia de uma investigação realizada pelo Ministério Público Federal após receber denúncias do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e outros órgãos que apontavam a morte de quatro crianças da etnia Xavante em Alto da Boa Vista devido a suposta precariedade dos atendimentos à saúde na região. Os líderes da região apontam faltas de medicamentos, profissionais para a realização dos cuidados, transporte sanitário,

3

<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2023/08/07/mt-e-o-estado-com-o-maior-numero-de-indigenas-vivendo-em-territorios-originarios-no-brasil.ghtml> Acesso em: 21 jun. 2025.

declaram estarem “morrendo e esquecidos”⁴. Neste sentido, não basta pensar coletivamente medidas para a educação ou cultura se ainda existem povos indígenas do Mato Grosso que carecem do básico para a subsistência. Em contrapartida, a maior diversidade nos espaços de produção do conhecimento e tomada de decisões, como a universidade, pode ser um caminho para a luta por mais dignidade, desde saúde, alimentação, etc.

Para pensar profundamente uma questão tão complexa é preciso destacar, antes de qualquer movimento abrangente ou específico seguinte, o direito à dupla cidadania que cada pessoa pertencente a uma comunidade indígena tem em todo o território nacional, pois suscita elementos imprescindíveis no diálogo sobre políticas de permanência no ensino superior, por exemplo.

Segundo estudos de Gersem Luciano (2015), essa duplicidade refere-se a cidadania brasileira e a cidadania étnica, ou cidadania identitária. A primeira diz respeito ao pertencimento de cada integrante de um ou mais povos originários a uma coletividade nacional, política e estatal, o que abarca todos os direitos e deveres associados à soberania do Estado brasileiro. Em paralelo, a cidadania étnica diz respeito à vivência em uma comunidade étnica autônoma, culturalmente diversa, com práticas, saberes e códigos próprios. Isso significa que cada indígena tem direito a políticas que considerem as necessidades e circunstâncias que vive, como o direito à língua materna e aos processos etnoeducacionais, de socialização e territorialidades, conforme suas vivências (Luciano, 2016, p. 101).

Neste sentido, o PROIND pode ser lido como parte de um movimento representativo maior, uma luta coletiva pelo exercício da cidadania plena, em que os direitos “garantidos” na Constituição Federal de 1988 para cidadãos e cidadãs indígenas devem ser transformados em ações concretas, como políticas de acesso, permanência e apoio estudantil no Ensino Superior. No entanto, essas mudanças não acontecem sem resistência ou oposição, com pessoas que “as apoiam ou as desaprovam, tornando o processo difícil e árduo nos meios onde são debatidas ou implementadas, especificamente no âmbito das Universidades públicas federais e estaduais” (Silva; Serra, 2011, p.15).

⁴ [MPF investiga omissão no atendimento à saúde de indígenas Xavantes após mortes de crianças em MT | Mato Grosso | G1](#) Acesso em: 22 jun. 2025.

Percebe-se, então, que os desafios são manifestos em vários aspectos. A representação social compartilhada pelo senso comum sobre política e universidade - dois eixos insubstituíveis na presente discussão - pode se apresentar como outros obstáculos na luta pelos direitos indígenas. Krenak mais uma vez traz contribuições necessárias. Em *Futuro Ancestral* (2022) o escritor evidencia a noção hegemônica sobre o que é política e como isso afeta diretamente os povos indígenas, pois “a palavra política vem de pólis e, quando seres que não são da pólis pensam, podem imaginar outros mundos que não são política, ou, ao menos, não a política vigente” (Krenak, 2022, p.44).

É importante observar a experiência do PROIND enquanto Política de Ação Afirmativa e o resultado de uma soma de esforços coletivos sistemáticos, uma luta travada pelos povos indígenas de Mato Grosso junto ao Departamento de Antropologia/ICHS, à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação/PROEG, ao Programa de bolsas Vigisus II/Funasa, entre outros. Apesar de temporária, essa iniciativa produziu mudanças concretas, como a criação do I Fórum da Diversidade na UFMT, I Reunião de Avaliação do Programa de Acompanhamento de estudantes indígenas participantes, I Reunião do PROIND com representantes indígenas do estado, entre outras.

PROIND e o potencial praxiológico dos estudos em Comunicação

A abertura para a presença de indígenas de diversas etnias nos cursos de graduação da UFMT, impulsionada pelo PROIND, permitiu à universidade novas configurações sociais, sobretudo no aspecto comunicacional, uma vez que cria outros arranjos - como a convivência entre indígenas e não indígenas - nos quais a diferença constitutiva de um outro, sua alteridade, “entra em cena” de forma atenuada nas relações. Segundo Yamamoto (2024, p.5), “a comunicação guarda, essencialmente, uma potência desimunizante, revelada pela descoberta da relação presente em seus quatro campos semânticos originários - mudar; trocar; alternar reciprocamente; divergir”.

Neste sentido, pode-se observar que o Programa de Inclusão Indígena (PROIND) é uma iniciativa que possibilita um espaço importante para a reflexão comunicacional, ao constituir-se pela substancialidade praxiológica da convivência entre diversidades étnicas que antes estavam à margem do ambiente universitário da UFMT. Assim, não somente a comunicação, mas também o PROIND carregam certa

lógica anti-imunizante, pois, para que ela ocorra ontologicamente como tal, é preciso que múltiplas, originais e controversas dimensões do jogo social estejam em contato, já que a dinâmica imunizante “estabeleceu uma divisão nítida entre dentro e fora, amigo e inimigo ou entre próprio e estranho” (Han, 2017, p.8).

A exemplo disso, estão as mudanças na UFMT que foram fomentadas pela chegada de estudantes indígenas às salas de aula e enquanto integrantes de outras atividades, como monitoria, acompanhamento pedagógico nas aldeias, grupos de estudos, etc. Entre as principais transformações descritas, destacam-se “maior cuidado e respeito com as diferenças culturais e seus processos de aprendizagem”, além de “maior flexibilidade por parte de alguns cursos no trato com alguns imponderáveis culturais não previstos pelas regras universitárias” e “maior questionamento da parte dos professores desses cursos em relação à sua dificuldade em lidar com a diferença” (Silva; Serra, 2011, p.33).

Outra perspectiva comunicacional que pode ser interessante para o diálogo iniciado no presente trabalho, a partir do referencial empírico oferecido pelo Programa de Inclusão Indígena “Guerreiros da caneta”, é a de Muniz Sodré quando afirma a “comunicação como mutação dos sistemas de pensamento dominantes” (2012, p.6). Nesse viés, o autor evoca uma ecologia de saberes e “coletivos de cidadania” nas tomadas de decisão frente a sistemas tecnoburocráticos que dão privilégios ao especialismo cientificista.

A crítica não é um posicionamento exclusivo de Sodré e ultrapassa o campo comunicacional, uma vez que “o rigor científico tem de ser contestado com a identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam nas práticas sociais, pois todas as práticas sociais são oriundas de saberes” (Grando; Pinho; Campos, 2016, p.6). Dessa forma, experiências como o PROIND podem ser oportunas ao possibilitarem o tensionamento da realidade a partir de reflexões teóricas e, ao contrário, também constituem um fértil solo para a práxis do saber comunicação constituir-se nas pesquisas realizadas.

José Luiz Braga (2024, p.6) define parâmetros para que um problema comunicacional seja elaborado criticamente. Alguns deles são: *diversidade e composição, diversificação da experiência dos participantes, a perspectiva da conexão entre desafio abrangente e a situação específica*. O pesquisador defende que há certa

vantagem adaptativa nas temáticas pesquisadas no campo, mas esta só se realiza “pelo exercício comum de dinâmicas de composição entre os diversos - a serviço do enfrentamento conjunto dos problemas específicos que exigem ou venham a exigir algum processo articulado” (Braga, 2024, p.5).

Na perspectiva elaborada pelo autor, é equivocado pensar a comunicação enquanto processo que implica a redução de diferenças, como uma “massa” constitutiva. “Ao contrário, é relevante compor singularidades diversas, em favor do enfrentamento de questões complexas” (Braga, 2024) Aqui, mais uma vez destaca-se o potencial dos estudos que elaboram problemas atravessados pela realidade ameríndia para a contribuição da área, sendo fonte de riquíssimas alteridades que, há mais de quinhentos anos, sofrem tentativas de sufocamento e continuam a resistir pluralmente. As políticas, manifestações culturais, religiosidades e ciências indígenas carregam latências valiosas para a Comunicação na “busca por percepções heurísticas, críticas e praxiológicas ao que se mostra na diversidade social - como caso específico de questões comunicacionais” (Braga, 2024).

Neste caso específico, o Programa de Inclusão Indígena (PROIND) oferece a substancialidade material necessária aos estudos comunicacionais - sua prática - enquanto a Comunicação elabora e produz modificações no enfrentamento das circunstâncias, na transformação da vivência dos participantes a partir dos gestos comunicacionais ativados por sua desenvoltura epistemológica - a teoria -, concebendo assim certa práxis na realidade observada.

A radicalidade das alteridades indígenas confronta profundamente os modos ocidentais modernizantes de conceber e “produzir a vida”, ideologicamente neoliberal no sistema vigente, em que o paradigma de padronização é uma característica observável em várias instâncias da vida. Enquanto isso, “a presença indígena só tem sentido pela diferença, ela não tem sentido pelo nivelamento” (Krenak, 2019, p.15).

A complexidade da questão se impõe. Mais uma vez, a Comunicação é uma “aliada” possível na luta pelos direitos dos povos indígenas e pesquisadores e pesquisadoras podem contribuir enormemente, uma vez que “as sociedades plurais demandam análises finas dos processos identificatórios, excludentes, classificatórios e integradores” (Grando; Pinho; Campos, 2016, p. 85).

Em suma, o trabalho aqui apresentado integra um movimento inicial e ainda em desenvolvimento na pesquisa de mestrado em Comunicação e Poder na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), na linha de pesquisa Política e Cidadania, sob orientação da Dra. Tamires Ferreira Coêlho. Esta pesquisa observa a articulação comunicacional entre as políticas de permanência para estudantes indígenas na pós-graduação do *campus* e as experiências relatadas por quem as vivencia diariamente, seja sob a perspectiva da ausência de medidas eficazes, seja em relação ao seu êxito e continuidade.

A partir desse artigo objetivou-se fomentar uma reflexão comunicacional que possibilite a construção de um horizonte em comum, capaz de conectar com dilemas específicos próprios do dinamismo social em que todas as pessoas estão inseridas sem desconsiderar as intersubjetividades constitutivas. Nesse contexto, o Intercom desempenha papel essencial como espaço de discussão e elaboração de tais problemáticas, sobretudo a partir das trocas epistemológicas com outros pesquisadores e pesquisadoras da área.

Em suma, “nossa universidade paralisada em si mesma demorou muito para entender, não como uma concessão, mas como uma obrigação histórica, que deve, sim, inserir todos nós, todo mundo, toda essa gente que se constitui nesse Brasil” com o objetivo maior de emancipação dos espaços de produção de conhecimentos “ao ponto de a ideia de universidade ser transformada por um pensamento crítico” (Krenak, 2019, p.14).

Referências

BRAGA, J. L. W. J. G. Rastreado questões comunicacionais. **MATRIZES**, São Paulo, v. 19, n.1, p. 55-77, 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v19i1p55-77>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/matriz/es/article/view/229183>. Acesso em: 21 jun. 2025.

CECHINEL, A.; FONTANA, S. A. P.; GIUSTINA, K. P. D.; PEREIRA, A. S.; PRADO, S. S. do. Estudo/Análise Documental: uma revisão teórica e metodológica. **UNESC: Criar Educação, Criciúma**, v.5, n.1, p. 1-15, jan./jun. 2016.

GRANDO, B. S.; PINHO, V. A. de; CAMPOS, N. da S. **Políticas Públicas e Povos Indígenas: contribuições a partir do Fórum Nacional de esporte e lazer para os povos indígenas do Brasil**. Cuiabá: Editora Sustentável/EdUFMT, 2016.

HAN, B-C. **Sociedade do cansaço**. 2. ed. ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, e329402, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf>. Acesso em: 21 jun. 2025.

MPF investiga omissão no atendimento à saúde de indígenas Xavantes após mortes de crianças em MT. **G1 Mato Grosso**, Mato Grosso, 10 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2025/06/10/mpf-investiga-omissao-no-atendimento-a-saude-de-indigenas-xavantes-apos-mortes-de-criancas-em-mt.ghtml> Acesso em: 22 jun. 2025.

MT é o estado com maior número de indígenas vivendo em territórios originários no Brasil. **G1 Mato Grosso**, Mato Grosso, 7 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2023/08/07/mt-e-o-estado-com-o-maior-numero-de-indigenas-vivendo-em-territorios-originais-no-brasil.ghtml> Acesso em: 22 jun. 2025.

SECCHI, D. **Professor indígena: a formação docente como estratégia de controle da educação escolar em Mato Grosso**. 2002. 239 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2002.

SILVA, C. L. da; SERRA, M. T. de M. **PROIND: campo de reflexão e prática: resultados de pesquisa de iniciação científica na temática indígena**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SODRÉ, M. Comunicação: Um Caos Criativo. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 19, n.2, 2012. DOI: 10.12957/logos.2012.5617. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/5617> Acesso em: 22 jun. 2025.

KRENAK, A. A presença indígena na universidade. **Maloca: Revista de Estudos Indígenas, Campinas**, SP, v.1, n.1, p. 9-16, 2019. DOI: 10.20396/maloca.v1i1.13194. Disponível em: [A presença indígena na universidade | Maloca: Revista de Estudos Indígenas](#). Acesso em: 22 jun. 2025.

KRENAK, A. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.